



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL nº 0000278-32.2008.8.17.0370  
(0258005-6)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
PROCURADOR : JOÃO BATISTA DE MOURA  
AGRAVADO : OSVALDO FRANCISCO DA SILVA  
ADVOGADO : JOSENITA SOARES DA SILVA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL - ART. 557, §2º, CPC - ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOLETIM DE OCORRÊNCIA INCONCLUSIVO - ALTERAÇÃO DO TRÂNSITO NA DATA DO EVENTO FATÍDICO - AUSÊNCIA DE PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR - ART. 333, I DO CPC - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE REPARAÇÃO DE DANOS - AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

I - Na origem, a Fazenda Pública Municipal ajuizou uma Ação de Reparação de Danos, alegando, como causa de pedir, que o Réu, ora Agravado, ao fazer uma manobra de retorno irregular, invadiu a pista na contramão, o que resultou em uma colisão com o veículo da Municipalidade. Ao cabo, pugnou pela reparação dos prejuízos que alega ter sofrido no importe de R\$ 14.625,00, sendo R\$ 2.835,00 referente ao reparo em seu veículo e R\$ 11.790,00, resultante da locação de outro veículo, durante o período em que o seu automóvel estava sendo recuperado.

II - Boletim de Ocorrência que instruiu a peça póstica é inconclusivo, não atestando de forma irrefutável a culpa do Agravado, restando expressamente consignado que, diante da declaração dos condutores e dos vestígios encontrados no local, a autoridade policial "presume" ter o Réu/Agravado realizado uma manobra irregular, que teria causado o acidente em questão.

III - Lado outro, há nos autos documento emitido pelo próprio Poder Público Municipal, que corrobora as alegações do Réu/Agravado, no sentido de que houve alteração no trânsito na data do evento fatídico. Portanto, a alteração do trânsito na data em que ocorreu o acidente em questão só majora a incerteza quanto ao real responsável por tal acidente.

IV - Ressalte-se, que o Autor/Agravante não requereu a realização de qualquer outra prova, com o fito de comprovar a culpa do Réu/Agravado pelo acidente automobilístico em questão.

V - A teor do art. 333, I, do CPC, cabia ao Autor/Agravante a demonstração da culpa do Réu/Agravado pelo acidente em questão (fato constitutivo de seu direito), de sorte que, não havendo nos autos esta comprovação, é imperioso o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

reconhecimento da improcedência do pedido de reparação de danos formulado na exordial.

VI - Ademais disso, o Autor/Agravante não se desincumbiu sequer de fazer prova dos gastos com a alegada locação de veículo, no importe de R\$ 11.790,00, fato este que, por si só, já afastaria a condenação do Agravado ao pagamento de tal montante, porquanto, nos termos do entendimento firmado no âmbito do c. Superior Tribunal de Justiça: "*a indenização pelo dano material depende de prova de sua existência (...)*" (REsp 51158 / ES, Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data do Julgamento: 27/03/1995, Data da Publicação/Fonte: DJ 29/05/1995 p. 15520)

VII - Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Legal no Recurso de Apelação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0258005-6, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL nº 0000278-32.2008.8.17.0370  
(0258005-6)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
PROCURADOR : JOÃO BATISTA DE MOURA  
AGRAVADO : OSVALDO FRANCISCO DA SILVA  
ADVOGADO : JOSENITA SOARES DA SILVA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal ajuizado contra decisão singular que deu parcial provimento ao recurso de Apelação Cível nº 0258005-6, para reduzir o *quantum* devido pela Fazenda Pública a título de honorários advocatícios.

2. Irresignado, o Agravante ingressou com o presente recurso de Agravo Legal, aduzindo, em síntese crítica, que o Boletim de Ocorrência constante dos autos concluiu que o Agravado foi o culpado pelo acidente automobilístico descrito na peça de ingresso, razão pela qual deve ele ser condenado a indenizar os prejuízos suportados pelo Poder Público Municipal.

Forte em suas razões recursais, requer que o presente recurso seja julgado procedente por este Órgão Colegiado, para reformar a decisão singular objurgada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL nº 0000278-32.2008.8.17.0370  
(0258005-6)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
PROCURADOR : JOÃO BATISTA DE MOURA  
AGRAVADO : OSVALDO FRANCISCO DA SILVA  
ADVOGADO : JOSENITA SOARES DA SILVA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL - ART. 557, §2º, CPC - ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOLETIM DE OCORRÊNCIA INCONCLUSIVO - ALTERAÇÃO DO TRÂNSITO NA DATA DO EVENTO FATÍDICO - AUSÊNCIA DE PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR - ART. 333, I DO CPC - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE REPARAÇÃO DE DANOS - AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

I - Na origem, a Fazenda Pública Municipal ajuizou uma Ação de Reparação de Danos, alegando, como causa de pedir, que o Réu, ora Agravado, ao fazer uma manobra de retorno irregular, invadiu a pista na contramão, o que resultou em uma colisão com o veículo da Municipalidade. Ao cabo, pugnou pela reparação dos prejuízos que alega ter sofrido no importe de R\$ 14.625,00, sendo R\$ 2.835,00 referente ao reparo em seu veículo e R\$ 11.790,00, resultante da locação de outro veículo, durante o período em que o seu automóvel estava sendo recuperado.

II - Boletim de Ocorrência que instruiu a peça pórtico é inconclusivo, não atestando de forma irrefutável a culpa do Agravado, restando expressamente consignado que, diante da declaração dos condutores e dos vestígios encontrados no local, a autoridade policial "presume" ter o Réu/Agravado realizado uma manobra irregular, que teria causado o acidente em questão.

III - Lado outro, há nos autos documento emitido pelo próprio Poder Público Municipal, que corrobora as alegações do Réu/Agravado, no sentido de que houve alteração no trânsito no data do evento fatídico. Portanto, a alteração do trânsito na data em que ocorreu o acidente em questão só majora a incerteza quanto ao real responsável por tal acidente.

IV - Ressalte-se, que o Autor/Agravante não requereu a realização de qualquer outra prova, com o fito de comprovar a culpa do Réu/Agravado pelo acidente automobilístico em questão.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

V - A teor do art. 333, I, do CPC, cabia ao Autor/Agravante a demonstração da culpa do Réu/Agravado pelo acidente em questão (fato constitutivo de seu direito), de sorte que, não havendo nos autos esta comprovação, é imperioso o reconhecimento da improcedência do pedido de reparação de danos formulado na exordial.

VI - Ademais disso, o Autor/Agravante não se desincumbiu sequer de fazer prova dos gastos com a alegada locação de veículo, no importe de R\$ 11.790,00, fato este que, por si só, já afastaria a condenação do Agravado ao pagamento de tal montante, porquanto, nos termos do entendimento firmado no âmbito do c. Superior Tribunal de Justiça: "*a indenização pelo dano material depende de prova de sua existência (...)*" (REsp 51158 / ES, Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data do Julgamento: 27/03/1995, Data da Publicação/Fonte: DJ 29/05/1995 p. 15520)

VII - Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Legal no Recurso de Apelação.

Vistos e examinados etc.

1. Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos.

2. Transcrevo o teor do *decisum* vergastado, com vistas a permitir uma exata compreensão da matéria debatida no presente recurso.

DECISÃO

Vistos etc.

1. Cuida-se de Apelação Cível interposta contra sentença proferida pela MM Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca do Cabo de Santo Agostinho que, nos autos da Ação de Reparação de Danos (Processo de nº 0000278-32.2008.8.17.0370), julgou improcedente o pleito autoral, ante a ausência de prova das alegações formuladas na peça pòrtico.

2. Na origem, a Fazenda Pública Municipal ajuizou uma Ação de Reparação de Danos, alegando, como causa de pedir, que, no dia 15.11.2006, o Réu, ora Apelado, ao fazer uma manobra de retorno irregular, invadiu a pista na contramão, o que resultou em uma colisão com o veículo da Municipalidade.

Ao cabo, pugna pela reparação dos prejuízos que alega ter sofrido no importe de R\$ 14.625,00, sendo R\$ 2.835,00 referente ao reparo em seu veículo e R\$ 11.790,00, resultante da locação de outro veículo, durante o período em que o seu automóvel estava sendo recuperado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MX  
R

3. O Juízo primevo extinguiu o feito com incursão no mérito, julgando improcedente a pretensão autoral, sob o fundamento de que o Autor/Apelante não fez prova dos fatos constitutivos de seu direito.

4. Irresignado, o Poder Público municipal interpôs o presente apelo voluntário aduzindo, em síntese crítica, que: i) o Boletim de Ocorrência concluiu que a colisão entre os veículos ocorreu em face de o Apelado ter efetuado uma manobra de retorno irregular, documento este que só pode ser infirmado por prova robusta; ii) a mudança de trânsito não enseja o descuido nas simples regras de trânsito por parte do Apelado; iii) o sentido da direção em que ocorreu a colisão é irrelevante, à vista das conclusões do Boletim de Ocorrência; iv) as fotos acostada à peça de ingresso devem ser consideradas como prova dos fatos alegados; v) os danos foram devidamente comprovados nos autos, devendo o Apelado repará-los e vi) os honorários advocatícios devem ser reduzidos, caso seja confirmada a sua sucumbência.

Forte em suas razões recursais, pugna pelo provimento de seu apelo voluntário, para que seja reformada a sentença recorrida, condenando-se o Apelado ao pagamento dos prejuízos suportados pela Edilidade Municipal, invertendo-se, em consequência, o ônus da sucumbência, ou, sucessivamente, requer a redução da verba honorária.

3. Contrarrazões apresentadas, às fls. 94/98.

4. Instado, o Ministério Público Estadual ofertou parecer pela inexistência, na presente demanda, de interesse público primário, efetivamente indisponível, capaz de justificar sua intervenção (v. fl. 88).

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Decido.

5. O art. 557, §1º - A, do código de ritos, estabelece:

"§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso."

Cuido ser possível, amparado em tal dispositivo legal, proferir decisão monocrática nos termos que se seguem:

6. Como cediço, para o reconhecimento da responsabilidade civil subjetiva são necessários os seguintes requisitos: ação ou omissão, dano, culpa e o nexo de causalidade.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MS  
P

Com efeito, o art. 186, do Código Civil estabelece que:

O art. 186 Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Por sua vez, disciplina o art. 927 do mesmo diploma legal que:

Art. 927 Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

7. O fato controvertido, na hipótese *sub examine*, diz respeito à culpa pelo acidente automobilístico descrito na atrial.

8. Pois bem. O Boletim de Acidente de Trânsito elaborado pela Polícia Rodoviária Federal, apresentado pelo Apelante, às fls. 21, noticia que:

DE ACORDO COM A DECLARAÇÃO DOS CONDUTORES E VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL DO ACIDENTE, PRESUMO QUE: O V1 TRAFEGAVA NORMALMENTE QUANDO FOI COLIDIDO LATERALMENTE PELO V2 QUE EFETUAVA UMA MANOBRA DE RETORNO IRREGULAR. (original sem os grifos)

De saída, verifica-se que tal Boletim de Ocorrência é inconclusivo, não atestando de forma irrefutável a culpa do Apelado, restando expressamente consignado que, diante da declaração dos condutores e dos vestígios encontrados no local, a autoridade policial "presume" ter o Réu/Apelado realizado uma manobra irregular, que teria causado o acidente em questão.

9. Ressalte-se, por oportuno, que, conforme salientado pelo Juízo primevo, o Autor/Apelante não requereu a realização de qualquer outra prova, com o fito de comprovar a culpa do Réu/Apelado pelo acidente automobilístico em questão.

10. Lado outro, o documento de fl. 68, emitido pelo próprio Poder Público Municipal, corrobora as alegações do Réu/Apelado, no sentido de que houve alteração no trânsito no data do evento fatídico. Tal documento se acha erigido nos seguintes termos:

Apresentando cumprimentos e atendendo a solicitação de V. S<sup>a</sup>, comunicamos que no dia 15/11/2006, havia mudança no trânsito da BR-101 em Ponte dos Carvalhos, decorrente da interdição da pista local do sentido Cabo de Santo Agostinho/Recife, tendo o seu tráfego remanejado a pista local do sentido oposto, que passou a operar em mão de direção dupla, face a realização das



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

festividades da tradicional Festa de Nossa Senhora do Bom Conselho anualmente comemorada no período de 08 a 15 de novembro.

Portanto, é certo que houve alteração do trânsito na data em que ocorreu o acidente em questão, não se sabendo ao certo se o local estava bem sinalizado, fato este que só majora a incerteza quanto ao real responsável por tal acidente.

11. O art. 333 do Código de Ritos preceitua:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;

Com efeito, cabia ao Autor/Apelante a demonstração da culpa do Réu/Apelado pelo acidente em questão (fato constitutivo de seu direito), de sorte que, não havendo nos autos esta comprovação, é imperioso o reconhecimento da improcedência do pedido de reparação de danos formulado na exordial.

Em igual diretriz, confirmam-se os seguintes arestos deste e. Tribunal de Justiça que vão ao encontro da tese acima esposada:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA DO RELATOR EM SEDE DE RECURSO DE APELAÇÃO A QUAL NEGOU PROVIMENTO AO APELO POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA (ART. 557, CAPUT, DO CPC)- AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO A CONFORTAR A PRETENSÃO DO AUTOR - IMPOSSIBILIDADE DE DEFINIÇÃO DA CULPABILIDADE DO EVENTO DANOSO APENAS PELO QUE CONSTA NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA ACOSTADO - INEXISTÊNCIA DE PROVA A CORROBORAR O FATO ALEGADO NA INICIAL - DESCUMPRIMENTO DA INTERPRETAÇÃO LITERAL DO ART. 333, I DO CPC - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A ELIDIR A DECISÃO AGRAVADA - MANUTENÇÃO DO PRONUNCIAMENTO MONOCRÁTICO EM TODOS OS SEUS TERMOS - DECISÃO UNÂNIME. (TJ-PE - AGV: 1879718 PE 0000290-84.2011.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 15/02/2011, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 38/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA E DE LEGITIMIDADE PASSIVA DO APELADO REJEITADAS. MÉRITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA ELABORADO EXCLUSIVAMENTE COM BASE NAS DECLARAÇÕES DO APELANTE. AUSÊNCIA DE PERÍCIA TÉCNICA NOS AUTOS. SEM TESTEMUNHAS PRESENCIAIS. PRODUÇÃO DE PROVA INSUFICIENTE AO CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE DE IMPUTAÇÃO DE





120  
02

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CULPA EXCLUSIVA AO CONDUTOR DO OUTRO VEÍCULO ENVOLVIDO. APELO IMPROVIDO. - (...)

O Apelante não se desincumbiu do ônus de provar seu direito ao ressarcimento do prejuízo que alega ter sofrido em razão da colisão envolvendo seu veículo; - Não restando evidente a configuração dos requisitos da responsabilidade civil - conduta, dano e nexo causal - não há como declarar a culpa exclusiva do motorista do outro carro; - Apelo improvido. (TJ-PE - APL: 289620008170590 PE 0000028-96.2000.8.17.0590, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 11/09/2012, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 173/2012)

AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VERSÕES CONTRADITÓRIAS. Apresentadas versões contraditórias e não logrando o demandante desincumbir-se do ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, imperiosa afigura-se a improcedência do pedido à míngua de elementos convictórios que atribuam ao demandado a culpa pelo evento danoso. Unanimemente, negou-se provimento ao recurso. (TJ-PE - AC: 19813 PE 9100186805, Relator: Antônio Amorim, Data de Julgamento: 31/10/1994, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DO ACORDÃO RETRO NO DJ N.65,)

Outro não é o entendimento dos demais Tribunais pátrios, consoante se infere, ilustrativamente, dos seguintes escólios a seguir colacionados:

AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS CAUSADOS EM VEÍCULO C.C. PEDIDO DE LUCROS CESSANTES -ACIDENTE DE TRÂNSITO - RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA - AUTORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE PROVAR FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO QUE SE CONFIRMA. Não há prova judiciária de conduta culposa praticada pela ré que possa ter dado causa ao acidente, circunstância que impõe a manutenção da r. sentença. - Recurso desprovido. (TJ-SP - APL: 9243129402008826 SP 9243129-40.2008.8.26.0000, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 09/02/2011, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/02/2011, undefined)

APELAÇÃO CÍVEL. Ação de indenização por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito. Sentença de improcedência. Réu que deliberadamente cedeu a preferência de passagem ao autor, que, por sua vez, demora para ingressar na via. Após, ambos os condutores iniciam a manobra e deslocam os seus veículos ao mesmo tempo, resultando na colisão. Impossibilidade de verificação da culpa. Conjunto probatório frágil. Boletim de ocorrência não conclusivo acerca da culpabilidade. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido. Não logrando êxito em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

provar a culpa do Réu pelo acidente, embora ônus incidente ao Autor, como fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil, é imperativa a rejeição do seu pedido. Verificado nos autos que o Réu, por mera liberalidade, permitiu o ingresso do veículo do Autor na via preferencial, mas, após a inércia deste, ambas as partes iniciam a manobra dos seus veículos no mesmo momento, vindo a colidir, sem ser possível determinar qual deles foi o culpado pelo sinistro, impõe-se a manutenção da sentença de improcedência. (TJ-SC - AC: 20120580653 SC 2012.058065-3 (Acórdão), Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 24/07/2013, Segunda Câmara de Direito Civil Julgado)

12. Ademais disso, o Autor/Apelado não se desincumbiu sequer de fazer prova dos gastos com a alegada locação de veículo, no importe de R\$ 11.790,00, fato este que, por si só, já afastaria a condenação do Apelado ao pagamento de tal montante.

Nesse sentido, o c. Superior Tribunal de Justiça já assentou que *"a indenização pelo dano material depende de prova de sua existência (...)"* (REsp 51158 / ES, Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data do Julgamento: 27/03/1995, Data da Publicação/Fonte: DJ 29/05/1995 p. 15520)

13. No que tange ao pleito de redução do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios, tenho que assiste razão ao Apelante.

A sentença vergastada fixou a verba honorária em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Nos termos da exordial, o valor atribuído à causa foi de R\$ 14.625,00. Nesse ser assim, os patronos dos autores perceberiam, a título de verba honorária, aproximadamente R\$ 2.925,00, montante este que se revela, deveras, excessivo.

Como cediço, a fixação dos honorários, quando vencida a Fazenda Pública, deverá se dar consoante apreciação equitativa do Juiz, levando-se em consideração o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Nesse sentido preceitua o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, *in verbis*:

"Art. 20. (...)

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

- a) o grau de zelo do profissional;  
b) o lugar de prestação do serviço;  
c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (sem grifos no original)

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que "*nos casos do § 4º, o julgador, ao fixar os honorários, não está adstrito às percentagens mínima e máximas previstas no §3º, devendo, entretanto, atender aos critérios estabelecidos nas letras a, b e c*" (STJ - 1ª T., Resp 551.429-AgRg, Min. Teori Zavascki, j. 14.9.04, DJU 27.9.04; STJ-2ª T., Resp 260.188, Min. Eliana Calmon, j. 23.10.01, DJU 18.2.02).

*In casu*, por observar tratar-se de demanda de menor complexidade, cuja solução prescindiu de trabalho de maior vulto por parte do causídico, mostra-se, de fato, desproporcional o *quantum* fixado pelo juízo *a quo*, devido a título de honorários de sucumbência.

Destarte, com espeque no art. 20, § 4º, do CPC e no entendimento firmado pela col. Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ, entendo razoável a fixação dos honorários de sucumbência, devidos pela Administração Pública Municipal, em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

14. Posto isso, ante o exposto, com esteio no art. 557, §1º-A, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao apelo voluntário, apenas para reduzir o *quantum* devido pela Fazenda Pública, a título de honorários advocatícios, devendo estes serem fixados em 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, certifique-se e remetam-se os autos ao juízo de origem.

Recife, 14 de abril de 2014.

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
RELATOR

3. Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o Agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse ser assim, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

4. Posto isso, ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente Agravo, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi erigida.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator